
A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A CHINA (2003-2019)¹

THE SOYBEAN PRODUCTION CHAIN AND BRAZIL'S FOREIGN POLICY TOWARDS CHINA (2003-2019)

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.86682

Mariana Davi Ferreira²

Luana Forlini³

Bruna Belasques⁴

Resumo

Neste artigo, analisamos o posicionamento da burguesia vinculada à cadeia produtiva da soja frente às relações sino-brasileiras, entre 2003-2019, com o objetivo de investigar se ocorreram inflexões nessa posição durante o período. Para tal, analisamos a relação entre essa fração da burguesia e o Estado brasileiro por meio da avaliação de documentos de entidades patronais que representam a cadeia produtiva da soja, dados econômicos, além de materiais oficiais do Estado no que tange à política externa brasileira com a China. A investigação aponta que, mesmo diante da crise política brasileira e, com isso, o fim do apoio de parte do setor ao governo Dilma, a posição da burguesia da cadeia produtiva da soja no que diz respeito às relações Brasil-China não sofreu inflexões relevantes. Pelo contrário, houve uma demanda por maior aproximação econômica com a China, o que nos permite olhar para a cadeia produtiva da soja como um elemento estabilizador das relações comerciais sino-brasileiras.

Palavras-Chave: Soja; Relações sino-brasileiras; Política Externa Brasileira; Agronegócio; Burguesia.

Abstract

This article aims at analyzing the position of the bourgeoisie linked to the soybean production chain towards Sino-Brazilian relations between 2003 and 2019, with the purpose of investigating whether changes in this position occurred during the period. To do so, we studied the relationship between the soy production chain and the Brazilian state through documents from employers' organizations as well as official State documents regarding Brazil's foreign policy with China. The research points out that, even during the Brazilian political crisis, there were no relevant inflections in the position of the soy production bourgeoisie regarding Brazil-China relations. On the contrary, there was a demand for strengthening the economic ties with China, allowing us to look at the soy production chain as a stabilizing element of Sino-Brazilian trade relations.

Keywords: Soy; Sino-Brazilian relations; Brazilian Foreign Policy; Agribusiness; Bourgeoisie.

¹ Pesquisa financiada com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

² Doutoranda em Ciência Política pela Unicamp, atualmente é pesquisadora visitante no Departamento de Desenvolvimento Internacional da King's College London, com bolsa da FAPESP. E-mail: marianadaviferreira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5349-3919>.

³ Doutoranda em Ciência Política, vínculo com o programa de pós-graduação em ciência política da Unicamp. E-mail: luana.forlini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1667-2576>.

⁴ Graduada em Relações Internacionais e em Ciências & Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: bbelasquess@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1070-5245>.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a ação política das frações burguesas vinculadas à cadeia produtiva da soja, entre 2003 e 2019, e seu posicionamento no que tange às relações sino-brasileiras. Para tanto, investiga-se o posicionamento das principais entidades patronais vinculadas à cadeia, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil)⁵ e a Associação Brasileira de Óleos e Vegetais (Abiove), com relação às ações da política externa brasileira com a China nos governos no período mencionado. Para tal, consideramos as mudanças derivadas da crise do neodesenvolvimentismo⁶. Acreditamos que é fundamental avançar nos estudos sobre o comportamento dos principais setores econômicos brasileiros, como a cadeia produtiva da soja, em relação à China, tendo em vista a centralidade das relações sino-brasileiras para a economia do país. Assim, buscamos responder a seguinte questão: *houve uma inflexão no posicionamento da cadeia produtiva da soja sobre as relações sino-brasileiras no período estudado?*

Essa pesquisa está inserida em um conjunto de estudos sobre a política brasileira que partem do arcabouço teórico de Nicos Poulantzas (1977, 1978), por meio da análise da relação entre as *frações da burguesia* e o *Estado brasileiro*. O objetivo é contribuir com a análise da ação política de setores da burguesia interna⁷ e da burguesia associada⁸, desde o início dos governos petistas até a crise política que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O comportamento pendular⁹ da burguesia interna (Martuscelli, 2018) e a ofensiva restauradora da burguesia associada, conjuntamente com o capital internacional, explicitam-se durante a crise política brasileira. Diante disso, interessa-nos analisar possíveis alterações no posicionamento e na ação política da burguesia vinculada à cadeia produtiva da soja no período que vai dos governos petistas ao primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PL), buscando compreender também as motivações desse fenômeno.

Desse modo, o artigo situa-se no campo de Análise de Política Externa (APEX). A publicação de Robert Putnam (2010)¹⁰ possui muita influência nas pesquisas do campo. No artigo, o autor

⁵ Para mais informações sobre a atuação da Aprosoja no governo Bolsonaro, ver dissertação de Forlini (2020).

⁶ Entendemos que os governos petistas podem ser caracterizados como neodesenvolvimentistas. O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimento possível dentro do neoliberalismo (Boito Jr., 2018), sendo que ele “confere menor importância ao mercado interno (...)” e “aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora (...)” (Ibid., p. 106).

⁷ O conceito de burguesia interna será trabalhado na primeira seção do artigo. Trata-se de uma caracterização para denominar uma fração da burguesia que possui relação contraditória com o capital externo em uma formação social dependente.

⁸ O conceito de burguesia associada também será trabalhado ao longo da primeira seção do artigo. Trata-se de uma fração que funciona como uma espécie de correia de transmissão dos interesses do capital internacional em determinada formação social.

⁹ Em linhas gerais, o movimento pendular da burguesia interna indica que em dados momentos esta fração de classe pode integrar uma frente que inclua a classe trabalhadora, mas em outro contexto histórico esta pode vincular-se a posições ou movimentações políticas protagonizadas pela burguesia associada. Para um debate mais aprofundado sobre o movimento pendular da burguesia interna como característica de seu posicionamento político, ver MARTUSCELLI (2018).

¹⁰ *Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis*.

constrói a tese de que há uma intersecção entre a política doméstica e internacional, de modo que os grupos de interesse internos a um país são capazes de influenciar a política externa. Concorde-se aqui com a abordagem trazida por Putnam (2010). Porém, nos diferenciamos do autor ao considerar que diferentes agentes possuem pesos distintos nesse processo. Nossa análise mostra a influência que as classes e frações de classe exercem, com foco nas ações da classe dominante (Berringer, 2015; Tescho e Win-jones, 2017; Van Apeldoorn, 2017).

No presente trabalho, investigamos como os conflitos de classe e frações de classe relacionam-se com a posição internacional do Estado brasileiro em relação à China. Partimos da *concepção de que a política externa é influenciada pela fração de classe hegemônica no bloco no poder em certa conjuntura histórica e pela relação que essa fração de classe estabelece com o capital externo e com o imperialismo*. Isso porque, assim como a fração hegemônica no bloco no poder influencia a condução da política econômica e social do Estado, isto ocorre também com a política externa (Berringer, 2015). Embora possamos tangenciar em determinados momentos tópicos adjacentes à economia política, nosso objetivo aqui é focar na análise de política externa a partir do campo marxista. Assim, diante desse quadro teórico, analisamos as relações sino-brasileiras e o posicionamento das associações da cadeia produtiva da soja sobre essa questão.

Para tanto, a metodologia do trabalho consistiu na análise dos seguintes documentos: i) publicações da Aprosoja Brasil, que consideramos representar os interesses de um setor que está inserido na fração da burguesia interna; ii) da Abiove, representante de um setor que está vinculado à burguesia associada; e iii) documentos do Estado brasileiro sobre a condução da política externa brasileira para a China no período analisado, com foco no campo das relações vinculadas à exportação de soja e derivados. A pesquisa indica que o posicionamento da cadeia produtiva da soja face à relação do Brasil com a China não apresentou inflexões. A ampliação e o aprofundamento das relações sino-brasileiras continuaram como reivindicações centrais do setor no âmbito da política externa. A pesquisa apontou também que parte da cadeia produtiva da soja deixou de apoiar o governo Dilma, com destaque para a Aprosoja Brasil.

A análise dos dados demonstra que as relações comerciais¹¹ continuaram e cresceram em detrimento do estreecimento das relações políticas e diplomáticas do Brasil com a China no governo Bolsonaro. Os documentos demonstram que vários episódios xenofóbicos de representantes do governo brasileiro foram responsáveis por tal estreecimento no nível da diplomacia. Essa análise, alinhada à continuidade das reivindicações supracitadas, aponta que a cadeia produtiva da soja cumpre um papel importante na estabilidade dessas relações comerciais. Defendemos a hipótese de que a soja pode ser considerada um *elemento estabilizador* das relações comerciais sino-

¹¹ Neste trabalho, exploram-se prioritariamente as relações comerciais (exportação e importação). Entretanto, é importante destacar que os fluxos de investimentos do Estado chinês para o Brasil conformam uma dimensão central das relações sino-brasileiras, inclusive no âmbito da cadeia produtiva da soja.

brasileiras em uma conjuntura política instável e de tensão entre o Estado brasileiro e o Estado chinês, como se apresenta no governo Bolsonaro.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção elucida o arcabouço teórico utilizado na pesquisa realizada. A segunda apresenta uma sistematização bibliográfica e documental do adensamento das relações entre o Estado brasileiro e o Estado chinês. Na terceira, apresentamos o resultado da investigação sobre a cadeia produtiva da soja e a política externa brasileira para o Estado chinês.

2. ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA: ESTADO CAPITALISTA E FRAÇÕES BURGUESAS

Para analisar o posicionamento e a ação política da cadeia produtiva da soja no que se refere à política externa brasileira para a China, parte do acúmulo da Teoria Marxista do Estado desenvolvida por Poulantzas (1977 [2019], 1978). Consideramos que a burguesia não é uma classe social homogênea, mas divide-se em diferentes frações que se relacionam na luta pela distribuição da riqueza produzida e na disputa pelas melhores condições para o processo de acumulação de capital. A burguesia não tem uma só posição na relação com o Estado brasileiro, por exemplo. Há divergências no interior da classe dominante, gerando fracionamentos que variam conforme a conjuntura. Nesse sentido, cabe ao Estado capitalista cumprir o papel de garantir as condições necessárias para o processo de reprodução ampliada de acumulação de capital, “organizando” os interesses em disputa das diferentes frações.

Especificamente, Poulantzas (1977 [2019]) contribui com a caracterização do fracionamento da burguesia, que é derivado do seu lugar na cadeia produtiva (comércio, indústria, setor financeiro, por exemplo), do porte do capital (grande, médio e pequeno capital) e da sua relação com o capital imperialista, no caso de frações burguesas de Estados dependentes (Farias, 2009). Por meio desse arcabouço, neste artigo, analisamos a movimentação da fração da *burguesia interna* no Brasil. Segundo a definição de Poulantzas, a burguesia interna aglutina diferentes setores econômicos pela característica comum de terem como prioridade o mercado interno ou regional e uma relação contraditória com o capital externo. A caracterização desta fração de classe também se dá pela posição intermediária que ocupa entre a fração da *burguesia compradora* ou associada, dependente dos interesses imperialistas, e a fração da *burguesia nacional*, que possuiria uma base de acumulação própria e pode vir a assumir posturas antiimperialistas (Poulantzas, 1978).

Para análise da relação entre as frações da burguesia e o Estado capitalista, Poulantzas (2019) desenvolve o conceito *bloco no poder*, uma unidade contraditória entre diferentes frações da classe dominante a fim de manter a manutenção do modo de produção capitalista. Intelectuais brasileiros avançaram na interpretação e operacionalização dos conceitos de Poulantzas para análise da política

brasileira (Boito Jr., 2018, Farias, 2009). Assim, o bloco no poder é um conceito que nos ajuda a entender a relação das frações da classe dominante com o Estado, a depender dos seus interesses e das condições da conjuntura histórica.

Boito Jr. (2018) analisa que, no Brasil, foi a fração do grande capital da burguesia interna a detentora da hegemonia no bloco no poder durante os governos petistas. Em sua interpretação, a grande burguesia interna incorpora diferentes setores da economia, entre eles setores do agronegócio, da mineração, da indústria e bancos de capital majoritariamente nacional. Essa fração mantém relações complexas com o imperialismo e com a presença do capital externo no Brasil. Esses setores econômicos compõem a fração da burguesia interna no Brasil porque têm uma relação contraditória com o capital externo, dependendo dele em determinados momentos, mas necessitando da proteção estatal em outros. Essa movimentação aponta o caráter pendular dessa fração burguesa, como demonstrado dentro da cadeia da soja. Os fazendeiros (produtores de soja) apresentam várias divergências com as *tradings*, em sua maioria de capital externo, em questões como a política ambiental. Ao mesmo tempo, no entanto, dependem dessas empresas para financiamento de safra, compra de sementes e agrotóxicos.

Seguindo em sua argumentação, Boito Jr. (2018) destaca que a grande burguesia interna, além de deter a hegemonia no bloco no poder, formou uma *frente neodesenvolvimentista*, onde também estava presente parte das classes dominadas, como a baixa classe média, o operariado, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal. O autor designa esta aglutinação com o termo 'frente' para diferenciá-lo de uma 'aliança', já que não houve um pacto entre a fração da burguesia interna e as frações da classe dominada que a compunham. O neodesenvolvimentismo se refere, em poucas palavras, ao desenvolvimentismo possível na época do capitalismo neoliberal. Entre outras características, ele "confere menor importância ao mercado interno (...)" e "aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora (...)" (Boito Jr, 2018, p. 106).

A frente neodesenvolvimentista começou a se fragmentar a partir do contexto de crise política e econômica em 2014, a qual culminou com o golpe da então presidenta Dilma Rousseff. Entendemos que esse processo aconteceu em decorrência do aprofundamento da crise econômica internacional e seus impactos sobre o desempenho da economia brasileira. A insatisfação da fração do capital internacional e da burguesia associada com a política econômica do primeiro governo Dilma foi o estopim para a construção de uma ofensiva contra o governo, protagonizada pela fração financeira do capital internacional que tem como síntese a construção de um bloco neoliberal ortodoxo. Além disso, a crise da frente neodesenvolvimentista também se deu em consequência da escalada das disputas e divergências entre os setores que formavam a grande burguesia interna, e ainda, em segundo plano, entre as frações de classe que formavam a frente como um todo (Boito Jr., 2018). Devemos lembrar que a grande burguesia interna comporta, além do setor industrial e do agronegócio, o capital bancário predominantemente nacional. Quando o governo propôs a queda na taxa de juros, por exemplo, isso

desagradou este último setor, ao mesmo tempo que foi bom para a indústria. Ademais, quando o país operava praticamente a “pleno emprego”, isso era comemorado pelas frações das classes dominadas que compunham a frente, ao passo que deixava a grande burguesia interna receosa. Inclusive, para Serrano e Summa (2018), esse conflito distributivo em torno das taxas baixas de desemprego e dos aumentos reais do salário mínimo acarretou a guinada neoliberal na política econômica a partir de 2015, com a implementação de políticas de austeridade, finalizando o que os autores nomeiam de “breve era de ouro” (período entre meados dos anos 2000 até 2015).

3. UM BALANÇO DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA E O PAPEL DA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA

3.1. ELEMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

As relações diplomáticas entre o Estado brasileiro e a República Popular da China (RPC) foram oficialmente firmadas em 1974, durante a ditadura militar. Estas dinâmicas, em termos políticos e comerciais, mudaram e se complexificaram ao longo das décadas seguintes. Nesta seção, focaremos nos acontecimentos pós 2003, essencialmente por três motivos: i) este período foi marcado pelo *boom* das *commodities*; ii) é a partir de 2009 que o Estado chinês se torna o maior parceiro comercial brasileiro; iii) em 2009, a primeira cúpula do BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) é realizada¹² (Becard, 2011; Stuenkel, 2014).

O Estado chinês aproximou-se de Estados sul-americanos e africanos devido ao crescimento econômico pelo qual passou no final do século XX e início do século XXI. Isto gerou maior demanda por parte do Estado chinês de matérias-primas e *commodities*, dentre estes soja e minerais (Becard, 2011; Rosales e Kuwayama, 2012). A consequência disso foi que, entre 2005-2009, as taxas de importação e exportação entre os Estados latino-americanos e o chinês dobraram (Rosales e Kuwayama, 2012).

Entre 2000 e 2011, a participação do agronegócio e do extrativismo no conjunto das exportações brasileiras cresceu de 33,5% para 59,7%, enquanto as exportações advindas do setor da indústria tradicional caíram de 10%, em 2000, para 3,9%, em 2011 (PINTO, 2013). Isso foi positivo para o fechamento superavitário da balança comercial brasileira, que também foi influenciado pelo crescimento de preços das *commodities* na primeira década do século XXI. De acordo com dado trazido por Carvalho: “o índice geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) indica que os preços das *commodities* cresceram 326% entre dezembro de 2001 e abril de 2011” (Carvalho, 2018, p. 13).

¹² Vale apontar que o primeiro encontro informal do BRIC ocorreu em 2006, durante a realização da Assembleia Geral da ONU. O Estado sul-africano passou a entregar o agrupamento apenas em 2009 (Stuenkel, 2014).

Ocorre, nesse sentido, uma relação de dependência de altos preços das *commodities* e de crescimento da demanda agregada internacional para que haja um resultado superavitário na conta de transações correntes (CIDADE, 2016).

É diante dessa conjuntura que os governos Lula e Dilma buscaram, por meio da criação da Agenda China em 2008 e do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) em 2004¹³, construir mecanismos que auxiliassem na compreensão das dinâmicas dessa relação. Tais mecanismos contribuem com o atendimento das demandas de setores empresariais entendidos como grande burguesia interna – fração hegemônica no bloco no poder nestes governos, como já apontado. Além disso, existiria na burguesia interna um relativo consenso quanto à inversão de investimentos estrangeiros diretos chineses no Brasil (Berringer e Belasques, 2020).

O fortalecimento da relação entre os Estados brasileiro e chinês reforça o caráter de *subordinação conflitiva*¹⁴ do Estado brasileiro face ao imperialismo estadunidense nas relações internacionais, via criação de iniciativas como o BRICS e Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) (Berringer e Belasques, 2020). Entendemos que especialmente os interesses do agronegócio veem-se representados pela condução da política externa brasileira para a China nos governos Lula e Dilma. Vale dizer que as relações com o Estado chinês não configurariam, portanto, uma simples dependência, uma vez que englobam o caráter conflitivo com os EUA.

No governo de Michel Temer (2016 - 2018), visualiza-se uma atenuação no caráter político-estratégico das relações com o Estado chinês. Isso, em conjunto com as demais alterações no Ministério das Relações Exteriores (agora conduzidos por José Serra), encerram o caráter de *subordinação conflitiva* em relação ao imperialismo estadunidense como ocorria nas gestões petistas. Isto porque iniciativas como a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) são descontinuadas e há o esvaziamento do caráter político dos BRICS, no sentido de realizar uma *subordinação conflitiva* face ao imperialismo norte-americano (Berringer e Forlini, 2018; Vasconcelos, 2018; Sousa et al., 2019). Além disso, o governo Temer passa a buscar aportes chineses não para a expansão de investimentos em áreas estratégicas, mas sim para concessões e privatizações (as áreas de petróleo e energia são exemplos disso) (Oliveira, 2018). A mudança no caráter da política externa brasileira com a China diz respeito à diminuição da centralidade da dimensão política. Ainda assim, as relações com a China continuam, com foco na manutenção das relações econômicas, atendendo às demandas da fração da burguesia que compõe o bloco no poder neste momento.

¹³ Embora tenha sido criado em 2004, o CEBC foi reconhecido pelos Estados brasileiro e chinês somente em 2015.

¹⁴ Berringer (2015, p. 72) afirma que a posição política dos Estados dependentes nas relações internacionais pode variar, a depender da conjuntura histórica e da fração da burguesia hegemônica no bloco no poder, entre a subordinação passiva, subordinação conflitiva e anti-imperialista. Esse posicionamento expressa-se no exercício da política externa.

No governo Bolsonaro, as relações sino-brasileiras são marcadas por uma série de contradições. Destaca-se que se tem buscado privilegiar uma *subordinação passiva explícita*¹⁵ com o Estados Unidos, o que refletiu em críticas severas de atores do alto escalão do Estado brasileiro em relação ao Estado chinês, também por influência da aproximação de Bolsonaro com Donald Trump. Por outro lado, a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o vice-presidente, Hamilton Mourão, buscaram amenizar estes acontecimentos, privilegiando a relação em termos comerciais e de investimentos (Sousa et al., 2019). Visualiza-se um tensionamento nas relações diplomáticas, com um tom agressivo e xenofóbico do discurso brasileiro¹⁶ sobre a pandemia em relação à China, ao mesmo tempo em que há continuidade do foco nas relações comerciais. Isto se concretiza efetivamente via exportação de soja e outras *commodities* brasileiras para o mercado chinês. Contudo, vale mais uma vez trazer que as questões estratégicas como os BRICS, que podem gerar ruídos nas relações com o imperialismo estadunidense, não são prioritárias.

3.2. A EXPANSÃO DA EXPORTAÇÃO DA SOJA BRASILEIRA.

Os setores do grande capital da agroindústria e da extração mineral foram amplamente beneficiados pelas relações sino-brasileiras nos governos petistas. A cadeia produtiva da soja beneficiou-se do adensamento das trocas comerciais entre a China e o Brasil, diante da alta demanda chinesa por produtos primários conjugada à alta dos preços internacionais das *commodities*. Essa cadeia lidera as exportações do agronegócio brasileiro (soja triturada, farelo de soja, óleo de soja bruto ou refinado)¹⁷. Sua produção, majoritariamente de grande escala, contribui para o processo de concentração de terras nos principais estados produtores – Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul¹⁸.

Dados do MAPA demonstram que o crescimento das exportações da cadeia produtiva da soja para a China não se restringiu aos governos petistas. Há uma tendência que continua ascendente até 2020, como demonstram os gráficos 1 e 2 abaixo apresentadas. Em ambos, é possível notar a tendência ascendente da exportação da cadeia produtiva da China. Os dados referem-se à classificação da AGROSTAT para os produtos do complexo da soja, que inclui três subsetores: farelo de soja, óleo de soja e soja em grãos. Se em 2003, primeiro ano do governo Lula, exportou-se aproximadamente US\$1,58bi, em 2018 chega-se a mais de US\$20,6bi em exportações do complexo da soja brasileira para a China.

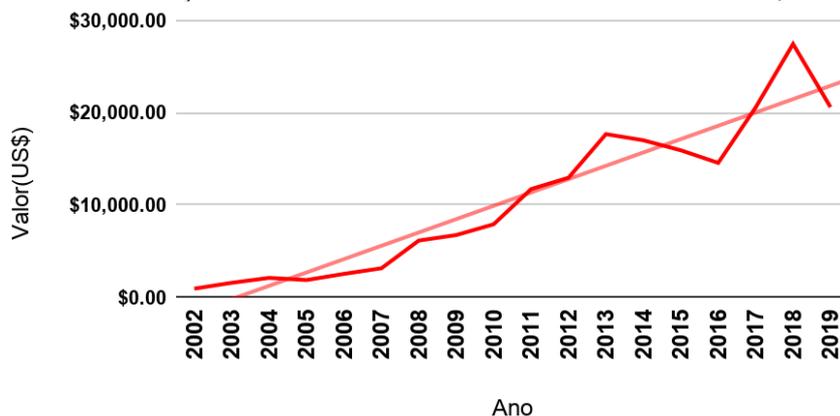
¹⁵ Este termo vem sendo utilizado em análises de conjuntura por Tatiana Berringer para aludir ao caráter explicitamente subserviente da política externa de Bolsonaro face ao imperialismo americano, em especial, ao governo de Donald Trump.

¹⁶ Vários episódios apontam essa conduta do discurso diplomático brasileiro, através de declarações do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. Ver: <https://istoe.com.br/ernesto-araujo-culpou-china-pelo-comunavirus-em-reuniao-ministerial-citada-por-moro/>.

¹⁷ *Estatísticas de Comércio Exterior do MDIC*. Disponível em: <https://bit.ly/2SoLFqg>.

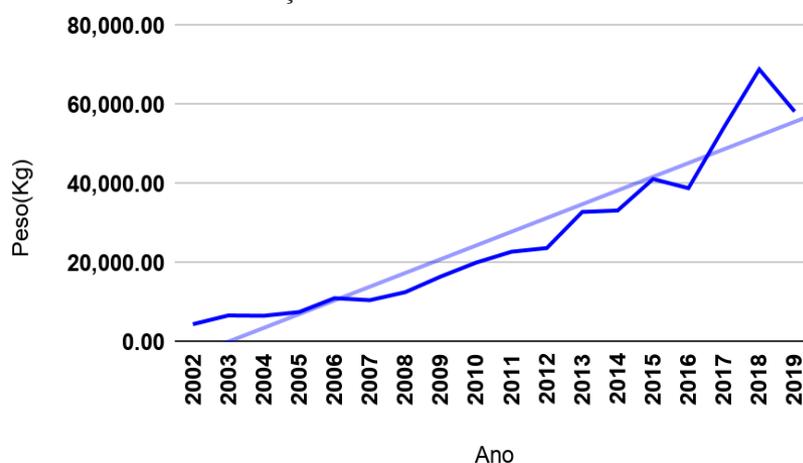
¹⁸ A oposição aqui se constitui entre os interesses do agronegócio e dos pequenos produtores rurais.

Gráfico 1 – EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO DE SOJA PARA A CHINA (EM DÓLARES)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPA (2020).¹⁹

Gráfico 2 – EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO SOJA PARA A CHINA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPA (2020).²⁰

Os dados demonstram uma leve queda nas exportações de 2014 até 2016, enquanto 2017 foi um ano no qual as exportações voltaram a crescer. Apesar dessas pequenas variações, em termos gerais, há uma tendência ascendente que se associa ao aumento da demanda chinesa e de outros países, ao investimento do Estado brasileiro para a expansão da produção de soja no país e à forte valorização dos preços internacionais das *commodities* (Cunha e Espíndola, 2015, p. 28).

Esta tendência das exportações do complexo da soja elucida que, mesmo diante do giro e da redução do caráter estratégico do Estado chinês na política externa brasileira para a China nos governos Temer e Bolsonaro, não há prejuízo em relação à exportação da soja. Mesmo após uma campanha eleitoral de Bolsonaro com um tom “anti-China” e as turbulências diplomáticas com o Estado chinês citadas acima, as relações comerciais continuam em expansão, no que tange à

¹⁹ Dados retirados da base de dados do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em 15. out. 2020.

²⁰ Dados retirados da base de dados do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em 15. out. 2020.

exportação da soja e outros setores econômicos. Como diria Almeida (2020, s.p.) sobre setores do capital primário exportador e seus representantes políticos, esses “deixaram claro que não aceitam aventuras ideológicas em detrimento de seus lucros, através da exportação de suas *commodities* e investimentos diretos chineses na construção de uma infraestrutura privatizada para reduzir seus custos de produção e escoamento de mercadorias”. Tal fala corrobora a hipótese apresentada na introdução de que o complexo da soja acaba funcionando como *elemento estabilizador* das relações comerciais sino-brasileiras, mesmo frente aos episódios de tensionamento nas relações diplomáticas, após as declarações xenofóbicas do governo Bolsonaro sobre a China em momentos de tensão entre os dois Estados nas relações diplomáticas.

Especificamente sobre as relações sino-brasileiras, o CEBC é outro importante mecanismo de articulação do empresariado brasileiro com a China, ao qual estão associadas empresas e associações da economia brasileira que buscam compreender as dinâmicas comerciais e de investimentos entre os dois Estados. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que representa o ramo de produção do óleo de soja e o capital comercial vinculado à exportação da soja, é associada ao CEBC²¹, o que ilustra o crescente interesse do setor nas relações sino-brasileiras.

Uma síntese é: a soja tornou-se um produto fundamental nas relações comerciais entre os dois países. Interessa ao Brasil intensificar a exportação de soja para a China e, por consequência, à burguesia vinculada à cadeia. Por sua vez, interessa ao Estado chinês acessar a soja brasileira, pela escolha que fez de suprir a crescente demanda pelo produto por meio da importação, como demonstra o dado de que o país só produz 14,6% da soja que consome. Outros fatores também facilitam a entrada da soja brasileira no mercado chinês: a China permite a importação de soja geneticamente modificada, ao mesmo tempo em que não é permitido o cultivo de soja transgênica no território nacional e ii) os investimentos que a China tem feito para facilitar a exportação da soja brasileira para seu território. (FARES, 2017).

Entre os anos de 2001 e 2020, os dados demonstram um aumento da porcentagem da soja brasileira importada pela China, se comparamos ao total importado pelo país (considerando peso líquido). Os dados da *UN Comtrade Data*²² mostram que, em 2001, do total de soja (em grãos) que a China importou, aproximadamente 23% era soja brasileira. Em 2011, essa porcentagem aumentou para 39% - quase o dobro. Já em 2020, 64% da soja importada pela China veio do Brasil. Esses números demonstram uma complexa relação: por um lado, a especialização produtiva da pauta exportadora no Brasil e, por outro, a demanda do mercado chinês pela soja, o que aumenta sua dependência da produção brasileira.

²¹ http://www.cebc.org.br/sites/default/files/apresentacao_cebc_-_balanco_de_atividades_2005-2007_final_0.pdf

²² Dados retirados da UN Comtrade Database. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data>

4. A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA E AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Partimos da compreensão de que a política externa brasileira sofreu variações conforme o aprofundamento da crise do neodesenvolvimentismo. Nos interessa compreender *se e como* o posicionamento da cadeia produtiva da soja sobre a política externa brasileira para a China também variou neste período. Para tal, foram analisados documentos da Aprosoja Brasil e da Abiove, bem como notícias vinculadas aos seus posicionamentos e de seus membros, entre os anos de 2003 e 2019. Seleccionamos as pautas centrais que ilustram suas reivindicações e interesses em relação à política externa, das quais destacamos a China pelo objetivo deste artigo. Um elemento empírico que informa a relevância do Estado chinês para o setor é: a China é o principal tema de notícias e artigos no site de ambas as associações (os Estados Unidos, por exemplo, não são citados em nenhuma notícia que consideramos relevante no período analisado).

4.1 POSICIONAMENTO DA CADEIA DA SOJA ENTRE 2003 E 2013

Como já mencionado, a cadeia produtiva da soja é considerada o setor do agronegócio com maior expressividade nas trocas comerciais sino-brasileiras no período dos governos petistas, já que a China é o maior mercado consumidor da soja brasileira. Os dados mostram que, em 2003, 18% das exportações da soja brasileira iam para a China, chegando a 61% em 2010²³. A soja ainda figurou entre o primeiro e segundo lugar no *ranking* dos produtos brasileiros exportados para a China entre 2003 e 2010. Nesse ínterim, destaca-se a rearticulação e fortalecimento da Aprosoja Brasil nos governos Lula. Na cadeia produtiva, a entidade representa os produtores de soja. No site da associação, declaram que:

A entidade foi renomeada em 2001 para Aprosoja e, em 2004, tornou-se definitivamente a Aprosoja Brasil, embora sua atividade estivesse restrita a poucos produtores. Com o surgimento da Aprosoja Mato Grosso em 2005 e a expansão da produção na região Centro-Oeste, a Aprosoja Brasil foi resgatada em 2007 e voltou a liderar as principais agendas dos produtores de soja em todo o país (Aprosoja Brasil, s.d., s.p.).

Essa passagem demonstra que o fortalecimento da Associação ocorre em decorrência da expansão da produção e exportação da soja. Esse processo vincula-se ao quadro mais amplo da crescente demanda chinesa por nossas *commodities*. Entretanto, os interesses chineses no setor da soja brasileira vão além da importação do grão e dos seus derivados. Há, por exemplo, investimentos em infraestrutura para facilitar a exportação e compra de terras. No site do governo do Mato Grosso,

²³ Dados retirados de *Atlas of Economy Complexity*. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/>.

há o registro de visitas de empresários da soja à China e de empresários chineses ao Brasil²⁴. Além disso, há crescimento do investimento externo direto chinês no Brasil voltado para o setor, na área de infraestrutura.

Em entrevista, Glauber Silveira da Silva, presidente da Aprosoja Brasil entre 2005 e 2009, apontou um gargalo na logística que encarece o transporte da soja para exportação e afirmou que “os chineses querem investir no que for necessário para baratear a soja para eles – leiam-se custos de logística [...]. O Brasil precisa desses investimentos para firmar-se de vez como grande player mundial do agronegócio”²⁵. O presidente também comentou o forte interesse do Estado chinês em firmar acordos diretos com os produtores brasileiros para garantir o abastecimento, fugindo da mediação dos intermediários da “Bolsa de Chicago”.²⁶ Essa entrevista de 2010 demonstra que a Aprosoja tendeu a apoiar o aprofundamento das relações sino-brasileiras, mas com caráter reivindicatório de melhoria nas condições para exportação.

Outra associação que se destaca na cadeia produtiva da soja é a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), representando a fase da industrialização da *commodity*, ou seja, da produção de farelo, óleos vegetais e biodiesel. A Abiove não representa apenas a indústria de processamento da soja, mas também girassol, mamona e milho²⁷. Entretanto, como a soja é a *commodity* de maior destaque na pauta exportadora do Brasil, ganha centralidade nas reivindicações da entidade. Segundo Buainain et al (2006), 11 empresas, responsáveis por cerca de 72% do volume de esmagamento da soja no Brasil, estão associadas à Abiove, informação que demonstra o poder da associação. Além da indústria de processamento, a Abiove incorpora os interesses das *tradings* vinculadas à exportação da soja e de seus derivados²⁸.

O interesse das grandes *tradings* no aprofundamento da relação com a China expressa-se, por exemplo, na ida do então presidente da Abiove – Carlo Lovatelli²⁹ – à China acompanhando a comitiva do presidente Lula em 2004. Em entrevista à Abag, Lovatelli comenta que:

A viagem foi importante, mas os grandes negócios com a China já existiam antes disso. A soja, o minério de ferro, os aviões da Embraer, os automóveis. Além destes, há uma série de produtos que podem ser exportados para a China. O Brasil, porém, tem que aprender a vender seus produtos. Nós sempre compramos, nunca vendemos coisa alguma. Para se ter sucesso, é preciso visitar o cliente, cativá-lo. Você tem que ir para a China, abrir escritórios, fazer parceria com os chineses. Esta última viagem foi fantástica. Vejo boas possibilidades de negócios, em médio e longo prazo. Os

²⁴ <http://www.mt.gov.br/-/8511711-chineses-conhecem-potencial-de-mato-grosso-na-producao-de-graos-e-suinos>

²⁵ Disponível em: <http://www.revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI176174-18283,00-EM+BUSCA+DO+POTE+DE+OURO.html>

²⁶ Sobre essa questão, Oliveira (2018) comenta que há um forte interesse nos “Agronegócios do Norte Global” em travar os investimentos chineses no Brasil, seja em acordos de compra direta com os produtores de soja ou na aquisição de terras, porque as *tradings* têm interesse em continuar a agir como intermediários entre produtores brasileiros e importadores chineses.

²⁷ Disponível em: <https://abiove.org.br/sobre/>

²⁸ Essa representação expressa-se nos nomes que ocupam os dois principais cargos da associação. Na presidência da Abiove está Martus Tavares, da Bunge, e na vice-presidência, Paulo Sousa, da Cargill.

²⁹ E também vice-presidente da Bunge.

chineses têm simpatia pelo Brasil. Eles veem o Brasil como um país continental, semelhante ao deles, com alguns problemas comuns. Não somos um risco, nem comercial nem político, para a China. (Lovatelli, 2004, p. 5).

A visita realizada pelo presidente da Abiove aponta duas questões: i) a centralidade das relações com a China para o setor; ii) ao acompanhar a comitiva oficial do Estado brasileiro, demonstra a aprovação da Associação à condução que o governo do presidente Lula deu à política externa brasileira para a China.

No período dos governos Lula, as duas associações representativas da cadeia produtiva da soja, Aprosoja Brasil e Abiove, posicionaram-se a favor do aprofundamento das relações sino-brasileiras. Entretanto, os motivos que impulsionam essa aprovação parecem derivar de interesses distintos. Enquanto a Aprosoja Brasil tem seus interesses mais específicos vinculados ao investimento chinês em infraestrutura e melhores condições para produção, a Abiove tem como perspectiva a potencialização das exportações para o Estado chinês.

É importante lembrarmos que na literatura sobre o agronegócio comumente utiliza-se a categoria de “porteira para dentro” para se referir àquelas atividades que são desenvolvidas exclusivamente dentro da fazenda, ao passo que “porteira para fora” refere-se às etapas de produção para além da fazenda, tanto antes como depois da produção, o que abarca, portanto, a transformação e a comercialização feita pelas *tradings* representadas pela Abiove. Enquanto a Aprosoja Brasil faz reivindicações relacionadas justamente a possíveis melhorias para a produção na fazenda, para a “porteira para dentro” da cadeia da soja, a Abiove dá mais ênfase aos fatores comerciais, fruto da sua representação dos interesses da “porteira para fora”.

Há uma pauta específica, na qual a Aprosoja mobilizou-se contra os interesses chineses no Brasil. Trata-se da articulação para impedir a apropriação chinesa de terras no Brasil. Entre diferentes frentes de investimento que o Estado chinês iniciou no Brasil, a aquisição de terras era um dos eixos principais. Segundo matéria d'O Estadão (2010)³⁰, o presidente da *China National Agricultural Development Group Corporation* - a maior estatal chinesa do setor agrícola - informou que pretendia negociar a compra de terras no Brasil para produção de soja e milho.

Essa movimentação chinesa gerou resistência de diferentes setores da sociedade brasileira e resultou em uma aliança pouco frequente contra a aquisição das terras brasileiras; uma aliança entre a fração da burguesia vinculada à etapa produtiva do agronegócio e setores da classe trabalhadora vinculados ao movimento popular camponês. Entre esses, estavam a Aprosoja Mato Grosso e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO). Segundo descreve Oliveira, G. (2018),

³⁰ ESTADÃO. *China negocia terras para soja e milho no Brasil*. Estadão, 27 de abril de 2010. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-negocia-terras-para-soja-e-milho-no-brasil,543390>

os grandes donos de terras do Brasil queriam continuar expandindo suas propriedades e, portanto, também tinham interesse em expor e frear investimentos chineses, criando restrições que os forcem a assumir parceiros brasileiros como acionistas majoritários. Isso ficou evidente na resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil, posição tomada pelas principais associações do agronegócio nos estados-chave do Mato Grosso (Famato, Aprosoja) e Bahia (AIBA). Ainda mais, grande parte dos pecuaristas e sojeiros brasileiros que arrendam terra vislumbravam a chegada do capital chinês como um fator que aquecia o mercado imobiliário demasiadamente, limitando assim sua margem de lucro. Foi essa ampla convergência de interesses que produziu a estranha aliança de conveniência entre atores tipicamente discordantes como o MST e lideranças do agronegócio em favor das restrições supracitadas, possibilitando atuação efetiva do governo federal nesta pauta (Oliveira, G., 2018, p. 112).

Esse episódio demonstra que a depender da conjuntura histórica e das demandas apresentadas, é possível uma movimentação de aliança tática entre frações da burguesia e frações da classe trabalhadora. A posição da Aprosoja Mato Grosso destaca-se, especificamente, porque esse estado é o maior produtor de soja do país, tendo assim uma forte representação dos interesses de produtores e proprietários de terras.

Assim, visualiza-se uma posição das duas associações majoritariamente favorável à China no período dos governos Lula, com exceção da questão da estrangeirização de terras. Isso também se relaciona à política econômica e externa do Estado brasileiro, que desenvolveu uma “política agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política” (Boito Jr., 2018, p. 41). Sinal disso foi que, em 2009, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, posto antes ocupado pelos Estados Unidos. A exportação de soja e seus derivados teve contribuição fundamental para o aprofundamento dessas relações.

Já no período dos governos de Dilma Rousseff, verifica-se um crescimento da exportação de soja e seus derivados para a China. Segundo dados do Gráfico 1, entre 2011 e 2015, as exportações (em kg) subiram cerca de 45%. No que tange às associações, a atenção da Aprosoja para a China continuou permanente. Exemplo disso foi a participação do diretor executivo da Associação, Glauber Silveira, na 6ª Conferência Internacional sobre Óleos Vegetais e Grãos, realizada na cidade chinesa de Guangzhou, sul da China³¹. A participação na Conferência teve como intuito acompanhar as tendências do mercado chinês na importação de *commodities*.

Segundo Becard (2011), diversos acordos de cooperação bilateral foram traçados na primeira visita oficial de Dilma Rousseff à China. No que tange à soja, o encontro firmou uma proposta de investimentos chineses de US\$ 300 milhões na cidade de Barreiras (BA) para a implantação de uma fábrica de processamento de soja (Becard, 2011, p. 42). Esse investimento demonstra o interesse do Estado chinês em investir diretamente na cadeia produtiva da soja brasileira.

³¹ REVISTA GLOBO RURAL. Para onde vai a China? Reportagens. Ásia. 30/12/2011. Disponível em: www.revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI282807-18283,00-PARA+ONDE+VAI+A+CHINA.html

No segundo ano do primeiro governo Dilma, 2011, a soja voltou a ser o primeiro produto brasileiro mais exportado para a China – posto antes ocupado pelo minério. Essa alteração ocorreu porque, mesmo que a soja também tenha sofrido queda nos preços, o valor do minério brasileiro reduziu em 37% frente a redução dos preços entre 2011 e 2014 (Rosito, 2016, p. 72), enquanto a soja continuou a ocupar um lugar de destaque na pauta exportadora brasileira para a China. Entretanto, é importante destacar que a presidenta Dilma teve uma postura mais agressiva em defesa da indústria brasileira, o que não significa que isto resultou em perdas para o agronegócio. Bastos e Hiratuka (2017) argumentam que, caso entendamos os critérios para desenvolvimento em termos de diversificação industrial em detrimento da exportação de commodities, Dilma defendeu mais a indústria brasileira que Lula, aumentando as ações *antidumping* direcionadas contra a China.

Dilma exigiu uma postura mais equilibrada das relações sino-brasileiras, buscando medidas que diminuíssem o impacto agressivo da entrada de produtos de alto valor agregado chineses no mercado latino-americano. Essa postura não prejudicou os fluxos comerciais da cadeia produtiva da soja para a China, porém sinaliza uma diferença, mesmo que sutil, entre a postura dos governos Lula e dos governos Dilma³² no que tange ao aprofundamento do padrão exclusivamente agroexportador da economia brasileira.

A despeito disso, várias notícias demonstram a centralidade da cadeia da soja para a economia brasileira nos governos petistas e como a condução da política econômica pelo Estado brasileiro nesse período privilegiou o agronegócio. Dilma Rousseff visitou fazenda em Lucas do Rio Verde (MT) para acompanhar o processo de colheita da soja e afirmou que “*Safra recorde é 'vitória' do agronegócio do Brasil*”^{33 34}. Na ocasião comemorava-se a safra recorde 2013/2014 de 193 milhões de toneladas de grãos.

Resultado disso é o apoio de Blairo Maggi, dono de uma das principais *tradings* brasileiras, a Amaggi, à reeleição da presidenta Dilma Rousseff em 2014. Em entrevista à Folha de S. Paulo³⁵, Maggi afirmou que “*O agronegócio tinha resistência quando o PT entrou no poder. O medo era que o partido acabasse com tudo. Iríamos ser expropriados, perder prédios, terras, tudo. E foi o contrário. Com maior produção de grãos, teremos preços retraídos. Mas tivemos anos bons e agora vamos queimar um pouco de gordura*”. Após a vitória de Dilma Rousseff, o presidente da

³² Segundo Becard (2011, p. 43): “a partir da viagem à China {em abril de 2011}, a Presidente Dilma passou a afirmar que, apesar de a China ser um parceiro-chave nas relações internacionais do Brasil, serão incentivados no futuro próximo apenas as operações pautadas pela reciprocidade e que levem a uma maior simetria entre os dois países”.

³³ G1. *Safra recorde é 'vitória' do agronegócio do Brasil, diz Dilma*. Política. 11/02/2014. Disponível em: www.g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/safra-recorde-e-vitoria-do-agronegocio-do-brasil-diz-dilma.html

³⁴ G1. *Dilma diz que país vai liderar a produção de soja no mundo*. Política, 17/02/2014. Disponível em: www.g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/dilma-diz-que-pais-vai-liderar-producao-de-soja-no-mundo.html

³⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Com apoio, agronegócio perdeu o medo do PT. Entrevista à Blairo Maggi. Mercado, 28/09/2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1523801-com-apoio-agronegocio-perdeu-o-medo-do-pt.shtml>

Abiove, Carlo Lovatelli, elogiou o nome da presidente reeleita da CNA, Kátia Abreu, para o ministério da Agricultura³⁶. Esse gesto demonstra uma convergência entre a associação e a condução da política econômica para o agronegócio no início do segundo mandato da presidenta Dilma.

4.2 A CRISE POLÍTICA E O POSICIONAMENTO DA CADEIA DE SOJA ENTRE 2014 E 2019.

As eleições de 2014 representaram um importante marco no processo de inflexão de alguns setores econômicos vinculados da burguesia interna³⁷. Posteriormente, a crise política que resultou no *impeachment* da presidenta agudizou esse reposicionamento. Como vimos acima, exemplo disso foi a mudança de discurso de Blairo Maggi, antes apoiador do governo, que passou a defender a saída da presidenta.

Ressalta-se que a Aprosoja Brasil via como positiva a candidatura de Dilma Rousseff (PT) para a reeleição em 2014³⁸; entretanto, em 2016, demonstrou apoio ao *impeachment* da então presidenta ao participar de encontro de entidades do setor agropecuário que referendaram a ação a favor da saída de Dilma feita pela CNA³⁹. Essa alteração do apoio ao governo Dilma para uma defesa da sua saída da presidência demonstram o caráter pendular⁴⁰ de setores da burguesia interna – uma vez que entende-se aqui que o golpe de 2016 caracterizou-se como um projeto com um peso essencial dos interesses imperialistas, de modo que é possível inferir nessa alteração da Aprosoja o comportamento ambivalente da burguesia interna (Martuscelli, 2018).

Durante a campanha eleitoral de 2018, a Aprosoja Brasil apoiou Jair Bolsonaro, que defendia uma agenda de governo completamente diferente do candidato do PT, Fernando Haddad, apostando na flexibilização do porte de armas e em relações prioritárias com países como Estados Unidos e Israel, em detrimento da China. Em entrevista à revista Exame, o atual presidente da associação, Bartolomeu Braz Pereira, disse que “Bolsonaro é quase unanimidade no setor (...). Os produtores o apoiam por suas propostas nas questões de segurança e fundiária” (Batista e Freitas, 2018). Ou seja,

³⁶ ESTADÃO. *Presidente da Abiove elogia nome de Kátia Abreu para Ministério da Agricultura*. Conteúdo. 16/12/2014. Disponível em: www.atarde.uol.com.br/politica/noticias/1646900-presidente-da-abiove-elogia-nome-de-katia-abreu-para-ministerio-da-agricultura

³⁷ Para melhor compreensão sobre o processo de inflexão dos setores da burguesia interna ver Boito Jr (2018).

³⁸ Disponível em <<http://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/02/17/agronegocio-em-clima-eleitoral/>> Acesso em 21 set. 2020.

³⁹ Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/04/15/entidades-do-setor-agropecuaria-apoiam-acao-da-cna-pelo-impeachment/>> Acesso em 21 set. 2020.

⁴⁰ Segundo Martuscelli (2018, p. 64): "Essa metáfora pode ter grande utilidade analítica para a compreensão dos zigue-zagues políticos conjunturais que se concretizaram (e se concretizam) nas formações sociais argentina e brasileira, especialmente para a análise do comportamento ambivalente da burguesia interna, e também para indicar os limites das análises pautadas numa visão essencialista das classes sociais em geral e das classes dominantes em particular, na medida em que indica a possibilidade de o posicionamento político das frações de classes sofrerem mudanças com o desenrolar do conflito distributivo numa dada conjuntura. São, portanto, esses movimentos pendulares da burguesia interna que explicam tanto o processo de reformas do capitalismo neoliberal quanto às resistências a tais reformas".

o que impulsionou o apoio dos sojicultores à candidatura de Bolsonaro foram as pautas da política doméstica, e não a política externa para a China.

O posicionamento da Abiove em relação à cena política, diferentemente ao da Aprosoja Brasil, não é tão nítido. A associação não fez parte do apoio à ação da CNA a favor do *impeachment* da Dilma, bem como não encontramos notas oficiais de apoio explícito à candidatura de Bolsonaro e ao seu primeiro ano de governo. Ressaltamos, no entanto, que Blairo Maggi, dono da Amaggi, que é vinculada à Abiove, foi nomeado para a pasta do MAPA no governo de Michel Temer.

A Aprosoja Brasil, além de reconhecer a importância chinesa em âmbito comercial, dá grande ênfase a possíveis parcerias para investimentos em infraestrutura e logística. Em artigo da autoria de Miranda (2016), argumenta-se a favor da parceria estratégica com a China para além das vendas comerciais, em áreas como a infraestrutura de transporte, armazenamento e indústria de base. O papel do Brasil como Estado que alimenta o mundo é ressaltado. Segundo Miranda, mais de um bilhão de pessoas consomem os produtos brasileiros, sendo a região mais promissora a asiática: “Alimentar o mundo é sinônimo de alimentar a Ásia” (Miranda, 2016). Ainda no mesmo artigo, há elogios à missão que o ministro do MAPA à época, Blairo Maggi, realizou em sete países asiáticos, entre eles a China.

Em 2019, primeiro ano de governo Bolsonaro, foi realizada uma missão encabeçada por Tereza Cristina para a Ásia, com objetivo de estreitar relações com o governo chinês. O presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz Pereira, foi um dos convidados. Na ocasião, discutiu-se a possibilidade de a China fazer investimentos no Brasil em áreas como a de sementes, suinocultura e infraestrutura, como no caso de investimentos na ferrovia Ferrogrão (que liga o Centro-Oeste ao porto de Miritituba, no Pará) e na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (liga a Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Ilhéus, na Bahia) (Aprosoja Brasil, 2019). O balanço sobre a missão foi positivo para a Aprosoja Brasil e para os representantes de suas filiadas estaduais que estavam presentes (Aprosoja Brasil, 2019).

Para a Abiove, acordos para facilitar comercialização e abertura do comércio da China para produtos processados, além dos grãos, são reivindicações frequentes. Em maio de 2019, o site da associação do canal Band reproduziu a notícia sobre a visita supracitada de Tereza Cristina à Ásia. A Abiove reforçou o aspecto de ampliação da pauta comercial entre os dois países, ressaltando que o mercado chinês ainda seria muito fechado. Nesse mesmo sentido, em evento no final daquele ano, o presidente da associação, André Nassar, comentou que uma de suas principais expectativas para 2020 era a abertura do mercado da China, com protocolos fitossanitários acordados entre as partes, para o farelo de soja brasileiro. De acordo com Nassar (2019), “se a China importasse 1 milhão a 2 milhões de farelo brasileiro por ano, isso já teria um impacto positivo para a indústria brasileira”⁴¹. Vale ressaltar que a demanda pelo aumento de exportações para a China não é algo tão recente,

⁴¹ Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/noticia/para-abiove-comercio-entre-brasil-e-china-precisa-incluir-farelo-de-soja-tambem>> Acesso em 21 out. 2020.

aparecendo em matéria de 2015 feita pelo Canal Rural cujo tema é a expectativa da Abiove em vender mais para aquele Estado, frente ao aumento de 3,6% da safra em relação ao período anterior⁴².

Apesar dessas reivindicações, a associação compreende algumas dificuldades em relação ao comércio com a China, sobretudo na possibilidade de se agregar valor aos produtos exportados. Em evento realizado sobre oportunidades para produtores brasileiros na China, feito pela Agência Brasileira de Promoção das Exportações (Apex-Brasil) em parceria com o CEBC, o então secretário geral da Abiove, Fábio Trigueirinho (2015), comentou que “entrar no mercado local de processamento da oleaginosa é difícil, já que o próprio governo chinês tem processadora do grão”. Outra dificuldade apontada nesse sentido foi que a taxa de importação chinesa para os grãos que, à época, era de 3%, enquanto para seus processados (óleo e farelo) era de 9%.

Vale tecermos alguns comentários sobre o apoio ao governo Bolsonaro por parte da Aprosoja Brasil. A política externa defendida e colocada em prática pelo governo é submissa aos Estados Unidos, mais especificamente ao presidente republicano Donald Trump, em detrimento das relações com Estados dependentes e, especialmente, com a China. A soja estadunidense, inclusive, é uma das maiores concorrentes no mercado mundial da soja brasileira⁴³ – é importante lembrar que em decorrência à vigente Guerra Comercial entre EUA e China, este último reduziu drasticamente a compra de soja do Estado americano recentemente (G1, 2020). Então, quais são os motivos que levam ao apoio dos produtores de soja ao governo, apesar das divergências em relação à política externa? Na leitura dos documentos da Aprosoja Brasil, percebemos que a política externa é escanteada e que outras categorias de política, como a ambiental, apresentam mais reivindicações. O fato de que a associação representa os produtores de soja também é algo a ser levado em consideração, visto que a comercialização para o exterior fica a cargo das *tradings*. Uma última hipótese que defendemos é que, apesar da retórica e da política externa de Bolsonaro, cujo efeito imediato é um estremecimento político entre as partes, a importância do Estado chinês se mantém em termos econômicos e comerciais.

Assim, a China é um tema incontornável quando falamos sobre a cadeia de soja do Brasil. A Aprosoja Brasil, ao mesmo tempo em que reconhece a importância comercial do mercado chinês, foca em demandas relacionadas à infraestrutura e à logística. A Abiove é focada no aspecto comercial, demandando maior espaço para os produtos dentro da China. A diferença de ênfase nas reivindicações das duas associações reflete suas representações em relação a setores diferentes dentro da cadeia da soja. Enquanto as melhorias em infraestrutura e logística para armazenar e

⁴² Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/abiove-quer-aumentar-exportacao-para-china-65400/>> Acesso em 22 set. 2020.

⁴³ Os principais atores internacionais na cadeia da soja são o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos e a China, sendo que cada um destes se destaca em determinados elos dela. O Brasil é relevante quando consideramos a lavoura, ou seja, “a porteira para dentro”, mas na parte industrial de processamento, os outros países saem na frente. É importante ressaltar que a cadeia é caracterizada, em linhas gerais, pela produção no continente americano, nos territórios brasileiro, argentino e estadunidense, e pela sua compra e distribuição na Ásia (FRANCESCHINI et al, 2017, ESCHER et al, 2018).

transportar a soja com menos custo é uma pauta fundamental para os produtores, para as *tradings* é a abertura de comércio e vantagens nesse sentido. Em ambos os casos, no entanto, a China tem papel principal, seja nos investimentos em ferrovias ou com seu mercado como destino da soja brasileira. Essa centralidade do mercado chinês para as frações burguesas vinculadas à cadeia produtiva da soja demonstra que a soja vem cumprindo, principalmente no governo Bolsonaro - a despeito de alguns episódios com retórica anti-China -, um papel de *elemento estabilizador* das relações comerciais sino-brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender a ação política da cadeia produtiva da soja, mais especificamente das *tradings* e dos produtores de soja, representados pela Abiove e pela Aprosoja Brasil, respectivamente. O objetivo foi analisar *como e se* o posicionamento desses setores mudou, entre 2003 a 2019, em relação à política externa, com foco nas relações sino-brasileiras e com especial ênfase no período do processo de *impeachment* de Dilma.

Concluimos que, apesar das mudanças na condução da política externa do período em tela e da inflexão no apoio das Associações aos governos petistas, uma questão continuou como pauta central para as *tradings* e os produtores de soja: *a demanda por maior aproximação com o Estado chinês*, seja pela procura de uma ampliação das relações comerciais entre ambos, seja pelo interesse em mais investimentos chineses em infraestrutura. Inferimos, a partir disso, que a soja pode ser vista como um *elemento estabilizador* das relações comerciais entre o Estado chinês e o Estado brasileiro, mesmo em um contexto de turbulências nas relações políticas e diplomáticas, como ocorreu no período recente no governo Bolsonaro. Se durante a campanha, Bolsonaro construiu uma retórica anti-China, após sua posse enquanto presidente, o Estado brasileiro sofreu uma grande pressão das frações da burguesia vinculada à exportação de *commodities* para a China, principalmente o setor da soja e de minérios, contribuindo para uma continuidade das relações sino-brasileiras. Na pandemia causada pelo coronavírus, algumas declarações de Bolsonaro, do seu filho Eduardo Bolsonaro e do então ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo estremeceram as relações, mas não ocorreu uma transferência desse estremecimento para o âmbito da parceria comercial.

É importante frisarmos que essa pressão das frações da burguesia vinculadas à exportação de *commodities* para a China e, portanto, o caráter de *elemento estabilizador* da soja nas relações comerciais entre os Estados supracitados, derivam da composição do bloco no poder no período do governo Bolsonaro. Como demonstrado ao longo do artigo, entendemos que a relação entre o Estado e as frações de classes é mediada a partir do bloco no poder e que determinado governo em uma conjuntura específica irá atender às demandas das frações que compõem este bloco, sobretudo a fração hegemônica. O governo Bolsonaro atende aos interesses do capital internacional e da

burguesia associada a ele, fração na qual as *tradings* da soja se inserem; além disso, também atende aos interesses dos proprietários de terra, inclusive os que produzem a soja, e da burguesia interna - apesar de, na posição hegemônica, estar o capital financeiro internacional (VALLE, NARCISO, 2021).

Podemos questionar, para pesquisas futuras, se o papel da soja como *elemento estabilizador* extrapola as relações comerciais, cumprindo o papel também de estabilizar, em certa medida, as relações políticas, supondo que não haveria a possibilidade de um enfraquecimento radical, apenas turbulências conjunturais, nas relações políticas e diplomáticas entre o Estado chinês e o Estado brasileiro.

Essa possível hipótese das exportações de soja e derivados como elemento estabilizador das relações políticas sino-brasileiras deve ser considerada diante do papel central da soja na pauta exportadora brasileira majoritariamente composta por *commodities* - que é fundamental para uma balança comercial superavitária. Deste modo, o Estado brasileiro e as frações da burguesia vinculadas à cadeia produtiva da soja não têm a opção de “desgastar” a relação comercial e diplomática com o país que é o consumidor número 1 de nossas exportações.

*Artigo recebido em 07 de julho de 2022,
aprovado em 11 de outubro de 2022.

REFERÊNCIAS

Abiove. “**Brasil quer ampliar parceria com a China**”. Disponível em <https://abiove.org.br/abiove-na-midia/clipping/brasil-quer-ampliar-parceria-com-a-china/>. Acesso em 22 set. 2022.

Almeida, Jorge. Tapas e beijos: as relações Brasil-China no governo Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Relações Externas. 17 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/tapas-e-beijos-as-relacoes-brasil-china-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em 22 set. 2022.

Aprosoja Brasil. “**História. Aprosoja Brasil**”. Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/sobre-nos/>. Acesso em 22 set. 2022.

Aprosoja Brasil. “**Nota Oficial Aprosoja Brasil**”. Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/04/18/nota-oficial-aprosoja-brasil/>. Acesso em 22 set. 2022.

Aprosoja Brasil. “**Aprosoja faz balanço positivo de missão à China, Vietnã e Indonésia**”. Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2019/05/20/aprosoja-faz-balanco-positivo-de-missao-a-china-vietna-e-indonesia-2/>. Acesso em 22 set. 2022.

Batista, Fabiana; Freitas, Tatiana. “**Com receio da esquerda, agricultura fecha apoio a Bolsonaro**”. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/com-receio-da-esquerda-agricultura-fecha-apoio-a-bolsonaro/>. Acesso em 22 set. 2022.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth; Hiratuka, Celso. “A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência.” **Texto para Discussão. Unicamp. Instituto de Economia**, n. 306 (2017). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3535&tp=a>. Acesso em 22 set. 2022.

Becard, Danielly Silva Ramos. “O QUE ESPERAR DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA?” *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19 (2011) p.31-44. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31753>. Acesso em 22 set. 2022.

Belasques, Bruna *et al.* “*Tecnologia 5G: o Brasil como palco da disputa estratégica entre China e Estados Unidos*”. **Observatório de Política Externa Brasileira**. 2020. Disponível em: <http://opeb.org/2020/07/24/tecnologia-5g-o-brasil-como-palco-da-disputa-estrategica-entre-china-e-estados-unidos/>. Acesso em 22 set. 2022.

Berringer, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba, Appris, 2015.

Berringer, Tatiana; Belasques, Bruna. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma. **Carta Internacional**, v. 15, n. 3, 8 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1078>. Acesso em 22 set. 2022.

Berringer, Tatiana; Forlini, Luana. “Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira.” **Revista Conjuntura Austral**, v. 9, n.48 (2018).

Blecher, Bruno. “Abre aspas: Carlo Lovatelli, da ABAG.” **Revista de Agronegócios da FGV**. Junho de 2004. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/51492/50284>. Acesso em 22 set. 2022.

Boito Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, Editora Unicamp, 2018.

Boito Jr., Armando. Prefácio à Edição Brasileira. POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

Buainain, Antônio Márcio *et al.* “Análise da governança da cadeia da soja.” In: **Anais Brasileiro de Economia Social e Rural**, n. 44 (2006).

Canal Rural. “**Abiove quer aumentar exportação para a China**”. Disponível em < <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/abiove-quer-aumentar-exportacao-para-china-65400/>. Acesso em 22 set. 2022.

Canal Rural. “**Para Abiove, comércio entre Brasil e China precisa incluir farelo de soja também**”. Disponível em <https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/noticia/para-abiove-comercio-entre-brasil-e-china-precisa-incluir-farelo-de-soja-tambem/>. Acesso em 22 set. 2022.

Carvalho, Maria Izabel Valladão de. “**Condicionantes internacionais e domésticos: O Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha**”. *Revista Dados*, v. 53, n. 2 (2010), p. 405-445.

Carvalho, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo. Todavia, 2018.

Escher, Fabiano et al. “Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro”. In: **China: direções globais de investimentos**, 2018.

Cidade, Lucas Rovaris. A (re)ascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas: consequências ao processo de regionalização da América do Sul. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Espíndola, Carlos José; Cunha, Roberto César Costa. “A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo.” **GeoTextos**, vol. 11, n. 1 (2015). Disponível em: <https://cienciasmedicabiologicas.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/12692/9733>. Acesso em 22 set. 2022.

Fares, Tomaz Mefano. O desenvolvimento agrário chinês e sua integração com o agronegócio brasileiro. **Leste Vermelho. Revista de Estudos Críticos Asiáticos**. ISSN 2446-7278. Vol. 3. Num. 1. jan. de 2017.

Farias, Francisco. “Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas”. **Crítica Marxista**, n. 28 (2009), p. 81-98.

Forlini, Luana. “**O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019)**”. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Franceschini, Adilson et al. “Setor de Agronegócio: Soja.” **Relatórios Cadeias Globais de Valor**, São Paulo, 2017.

G1. “**Acordo EUA-China pode impactar exportação da soja brasileira, diz ministério**”. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/01/08/acordo-eua-china-pode-impactar-exportacao-da-soja-brasileira-diz-ministerio.ghtml>. Acesso em 22 set. 2022.

Martuscelli, Danilo. “Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro”. **Crítica Marxista**, n. 47 (2018), p. 55-73.

Miranda, Evaristo. “**Alimentar o mundo**”. Disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2016/09/29/alimentar-o-mundo/>. Acesso em 22 set. 2022.

Narciso, Pedro; Valle, André (Org.). **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.

Oliveira, Cesar Augusto Tavares. “A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada”. **Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais**, vol. 17, n. 34 (2018), p. 296-09. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280>. Acesso em 22 set. 2022.

Oliveira, Gustavo de Lima Torres de. “A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: lições e alternativas agroecológicas”. **Revista Ideias**, v.9, n.2 (2018), p. 99-132. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.hp/ideias/article/view/8655285/19378>. Acesso em 22 set. 2022.

Oliveira, Henrique Altemani de. “Brasil e China: uma parceria predatória ou cooperativa?” **Revista Tempo do Mundo**. v. 02, n. 1, (2016). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/53/47/>. Acesso em 22 set. 2022.

Pinto, Eduardo Costa. Dinâmica econômica e regional no Brasil dos anos 2000: efeito China, desconcentração espacial e bloco no poder In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (Org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. S. Paulo: Perseu Abramo, 2013.

Poulantzas, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

Poulantzas, Nicos. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Rosales, Osvaldo; Kuwayama, Miko. *China y América Latina y el Caribe: Hacia una relación económica y comercial estratégica*. Santiago: Cepal, 2012.

Putnam, Robert. Diplomacia e política doméstico: a lógica dos jogos de dois níveis. IN: **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n^o 36, p. 147-174, jun 2010.

Rosito, Tatiana. “Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras”. In: Lima, Sérgio Eduardo Moreira (Org). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>. Acesso em 22 set. 2022.

Serrano, Franklin; Summa, Ricardo. “Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira”. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, (2018) p. 175-189. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6S4G8GhbSYGY9OfRpZYxPnb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 set. 2022.

Silveira, Glauber. “**Agronegócio em clima eleitoral**”. Disponível em <http://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2014/02/17/agronegocio-em-clima-eleitoral/>. Acesso em 22 set. 2022.

Sousa et al. “*Relações Brasil-China frente às contradições do governo Bolsonaro.*” **Observatório de Política Externa Brasileira**. 2019. Disponível em: <https://oieb.org/2019/04/02/qual-o-lugar-da-china-na-politica-externa-brasileira%ef%bb%bf/>. Acesso em 22 set. 2022.

Stuenkel, Oliver. “Emerging Powers and Status: The Case of the First BRICs Summit”. **Asian Perspective**, v.38 (2014) p. 89–109.

Van Apeldoorn, Bastiaan. Estratégia geopolítica e hegemonia de classe: para uma análise materialista-histórica de política externa. Plural, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 135-160, 2 dez. 2017. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

Vasconcelos, Jonnas. Esmeraldo Marques de. “**Brics: agenda regulatória.**” Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.